

Proposta curricular de história: considerações acerca da história e da cultura afro-brasileira

Curriculum proposal of history: considerations on the african-brazilian history and culture

Raimunda Abou Gebran¹
Caroline Kraus Luvizotto²
Deize Dense Ponciano³

RESUMO: O processo de implementação da Lei 10.639/2003 e outros dispositivos legais tornou obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileiras e africanas, como conteúdos a serem inseridos em todas as disciplinas do currículo escolar, bem como, discussões pertinentes à educação das relações étnico-raciais. A inclusão desta temática nos currículos escolares se dá no sentido de ampliar, de maneira ética, a discussão da diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira com vistas ao fim do preconceito. Neste sentido, este estudo se propôs a analisar como é desenvolvida a temática no currículo de História do Estado de São Paulo. A metodologia da pesquisa configurou-se como pesquisa qualitativa, centrada na análise documental do Currículo para ensino de História. Após a leitura dos cadernos do professor e dos cadernos do aluno foram elencadas categorias de análise, a saber: intencionalidade de trabalhar a história e cultura afrobrasileira; abordagem dos conteúdos; proposições metodológicas; avaliação e recuperação de aprendizagem; linguagem visual (fotos, gravuras, gráficos, ilustrações). As análises revelaram poucas contribuições no que diz respeito ao cumprimento da legislação vigente e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afrobrasileira e Africana com vistas a combater o preconceito racial, valorizando a diversidade cultural, o respeito e a contribuição da cultura afrobrasileira na história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: História. Cultura AfroBrasileira. Currículo. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O Brasil se caracteriza como uma nação multicultural que abrange uma diversidade étnica muito singular se comparado a outros países do mundo. Percebe-se que no Brasil a temática da identidade étnica sempre é deixada de lado em

¹ Doutora em Educação - Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOESTE/SP - ragebran@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais - Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOESTE/SP

³ Mestre em Educação - Docente do Curso de Graduação em História da UNOESTE/SP

detrimento a projetos políticos e econômicos que não contemplam a diversidade e as particularidades das culturas que coexistem em nosso país.

A ideia de etnia deve ser inserida em contextos sociais, políticos e econômicos, a fim de situar e entender os fenômenos étnicos contemporâneos, tornando expressões como movimentos étnicos, grupos étnicos, guerra entre etnias, etnia cigana, negra, afro-americana, indígena, correntes em nosso cotidiano. A escola pode, portanto, ser o ambiente informacional que proporciona o diálogo entre os contextos históricos, culturais, econômicos, políticos e sociais que são inerentes de todas as relações humanas. Esse processo deve ser contemplado nas propostas curriculares.

Grande parte das propostas curriculares para o enfrentamento do preconceito e da discriminação raciais, dirigidas para o ensino fundamental e médio, volta-se para o ensino de História. Outras são desenvolvidas a partir de experiências educacionais de grupos e entidades negras organizadas, em interação com o sistema formal e oficial de ensino. Mesmo que possam ser consideradas insuficientes, o certo é que estas propostas rompem com a imobilidade. Entretanto, tais iniciativas enfrentam dificuldades de incorporação efetiva.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura - MEC, os professores e diretores das escolas públicas do país devem estar atentos a algumas considerações e reflexões sobre a importância de um olhar mais cuidadoso e crítico em relação a conteúdos e imagens, relacionados a grupos historicamente discriminados e, em especial, a população negra, presentes em determinados livros didáticos.

A atual legislação educacional é enfática em relação à necessidade da alteração da abordagem dada ao negro no sistema educacional. A LDB - Lei 9394/06, em seus artigos Art.26, 26 A e 79 B - determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos de educação básica e o Parecer 03/04 do Conselho Nacional de Educação, aborda a necessidade de cuidados com a utilização de determinados materiais didáticos.

Já há algum tempo, intelectuais e educadores comprometidos com a luta contra os preconceitos e as desigualdades raciais, vêm alertando sobre a necessidade de alterar a abordagem dada ao negro nos livros didáticos.

A inclusão da temática de História e Cultura afro-brasileiras nos currículos escolares se dá, no sentido de ampliar a discussão da diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Assim, é importante ressaltar que o artigo 26A acrescido à lei 9.394/1996, provoca bem mais que a inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

O ensino de História passou por diversas atualizações nas últimas décadas. A influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) demonstra a tentativa de mudança na organização do ensino no que concerne aos conteúdos escolares. Dentro destas mudanças, novos temas ganharam relevância, como a necessidade de se trabalhar com a diversidade cultural, realidade nacional e local, interdisciplinaridade, entre outros. Sendo assim esta temática entra nos currículos escolares, sobretudo no ensino de História.

No Brasil, estudos realizados nas interfaces da educação e das relações interétnicas, expuseram as dificuldades enfrentadas pelos negros no sistema escolar, indicando a necessidade de serem encontrados mecanismos de combate ao preconceito e discriminação raciais, ao nível da socialização primária e secundária, ou seja, na família e na escola. Para a superação do problema, destacam a importância de serem elaboradas novas propostas e materiais didáticos para enfrentar a questão e, a construção de uma identidade negra positiva que se construa na relação com o branco e no reconhecimento da diferença, do respeito e no combate ao preconceito.

Grande parte das propostas curriculares para o enfrentamento do preconceito e da discriminação raciais, dirigidas para o ensino fundamental e médio, volta-se para o ensino de História. Outras são desenvolvidas a partir de experiências educacionais de grupos e entidades negras organizadas, em interação com o sistema formal e oficial de ensino. Mesmo que possam ser consideradas insuficientes, o certo é que estas propostas rompem com a imobilidade. Entretanto, tais iniciativas enfrentam dificuldades de incorporação efetiva.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo implantou, a partir de 2008, um novo Currículo nas escolas de ensino da rede oficial, que tem como objetivo a busca da melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos da rede estadual, com o propósito de organizar e melhorar todo o sistema educacional do Estado e subsidiar os profissionais que integram o seu quadro operacional. Esse novo Currículo apresenta, no Caderno do Professor e no Caderno do Aluno, orientações teóricas, metodológicas, conteúdos e atividades para professores e alunos em todas as disciplinas.

Neste contexto, como a História e Cultura afro-brasileiras vêm sendo apresentadas no Currículo de História, nas escolas da rede oficial do Estado de São Paulo em relação às questões: diversidade cultural, valorização, respeito e preconceito racial?

Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar como são desenvolvidas e apresentadas a História e Cultura afro-brasileiras no Currículo das escolas da rede oficial do Estado de São Paulo na disciplina de História dos 6º ao 9º anos do ensino fundamental.

A metodologia de pesquisa utilizada nesse estudo centrar-se-á na Pesquisa Qualitativa, envolvendo a análise documental. Para tanto, serão analisados os cadernos bimestrais do professor e do aluno do Currículo, referentes ao ano de 2009.

1 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Acredita-se que o livro didático de História, configurando-se como produto cultural, o mesmo deve propor modos para as novas gerações construir um olhar sobre a História e, particularmente, um olhar sobre a diversidade cultural do Brasil. Segundo Gatti Jr (2010), vive-se no Brasil um processo de construção democrática, com consequências para o ensino de História, pois o objetivo desse ensino, não é mais o de disseminar de modo acrítico um ideário patriótico e conformista.

No que diz respeito ao ensino de História no Brasil atual, pode-se encontrar na sociedade e mesmo na comunidade escolar, incluindo dirigentes, professores e alunos, tanto uma mentalidade do ensino de História tomado como formadora de um espírito patriótico, como a de um ensino da disciplina que colabore para a formação de um espírito que toma de modo crítico e problemático a própria ideia de nação e de construção da cidadania (GATTI JR., 2010, p. 568).

Bittencourt (2008b) ressalta a contribuição da História para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência e discriminação. Esse indivíduo, pelo ensino da História, deveria ter condições de refletir sobre sua atuação na transformação desses acontecimentos.

O ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes e em suas diversas dimensões (BITTENCOURT, 2008b, p. 20).

A configuração de uma identidade nacional não se realiza somente pela condição econômica ou social, mas principalmente pela cultura. As sociedades modernas podem ter em comum o perfil demográfico, o grau de urbanização e o mesmo regime político, permanecendo, ao mesmo tempo, significativamente diferentes culturas.

A identidade nacional, dessa forma, é compreendida pela articulação entre o econômico, o social e o cultural mais do que pelo político edificado pela ação do Estado-nação. Esta articulação, no entanto, para o caso brasileiro possui um agravante porque necessita ainda estabelecer relações entre as diferenças regionais e as enormes desigualdades sociais (BITTENCOURT, 2008b, p. 19).

Para Bittencourt (2007, p. 34), a reflexão sobre identidade nacional e o ensino de História, devem levar em consideração as transformações da concepção

e o uso político em que foi forjada a identidade nacional nos diferentes períodos da História brasileira, seja nos textos oficiais ou nos textos produzidos por intelectuais de outras instituições, não se trata de uma concepção semelhante e pertencente a um projeto sempre homogêneo sobre a nação e sobre a educação.

Nessa linha de análise Gontijo (2003) ressalta que o papel do ensino de História é contribuir para eliminar “conceitos errados”, culturalmente disseminados, sobre diferentes grupos que compõem o país, além de possibilitar a compreensão, o respeito e valorização da diversidade sociocultural e a convivência solidária em uma sociedade que se quer democrática, ou seja, o estudo da história favorece a construção de uma “cultura de participação” em “comunidades imaginadas”, sejam elas relativas a grupos ou à comunidade nacional mais ampla e englobante (GONTIJO, 2003, p. 70).

A História e Cultura Afro-Brasileira se apresenta como um tema desconhecido para a maioria da população brasileira. Segundo Cunha Jr (2007), tomando o ambiente brasileiro como de exclusões étnicas, as quais denominamos de racismos, existe um processo de criação de credos sobre a inferioridade dessa história e dessa cultura.

Oliva (2003) afirma que devemos reconhecer a importância de conhecermos a participação dos afro-brasileiros na História do Brasil tanto quanto estudamos a presença dos europeus. Somos a soma de diversos grupos étnicos ameríndios, europeus e africanos. Não podemos nos ater apenas à versão eurocêntrica da História.

A História e a Cultura Afro-Brasileira foram muito pouco consideradas por nossa tradição historiográfica, exceto os estudos sobre o tráfico e a escravidão. Quando não há informação adequada e pesquisa suficiente, o passado escravocrata insiste em não arredar pé da ambiência escolar. Para Fernandes (2005), os africanos que chegaram a nosso território na condição de escravos, são apresentados como mercadoria e objeto nas mãos de seus proprietários.

Nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileiras, embora tenha sido ele a mão-de-obra predominante na produção da riqueza nacional, trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café, em diferentes momentos do nosso processo histórico. (FERNANDES, 2005, p. 380).

Segundo Pantoja (2004, apud Oliva, 2009) a relação do continente africano com a história e cultura afro-brasileira é, muitas vezes, caracterizada pelo desinteresse e desinformação, além do silêncio, e as práticas educativas desenvolvidas nas escolas pouco abordam o passado e o presente dos afro-brasileiros, mesmo estando esse passado presente no cotidiano nacional, por meio das palavras, da cultura, das religiões, das instituições, da economia.

A escola é por excelência, o *locus* social que pode eliminar o racismo e as discriminações, trabalhando para emancipação dos grupos discriminados e o ensino de História pela sua própria característica e epistemologia pode ser a mola propulsora dessa ação.

2 A CULTURA AFRO-BRASILEIRA EXPRESSA NA LEGISLAÇÃO

A legislação brasileira tem estado atenta às questões relacionadas às diferenças sociais e culturais e, à valorização das mesmas em todas as instâncias e segmentos da sociedade.

No que se refere à Cultura afro-brasileira, a questão vem tratada em concordância com as principais tendências do movimento negro, sob dois ângulos: a proibição do racismo em livros e outros materiais didáticos, a exortação à inclusão dos aportes de negros (inclusive da África contemporânea).

Com promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil efetivou o Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, expresso nos artigos 3º e 5º. No artigo 12, a Constituição reconhece o caráter multirracial da população e no artigo 215 expressa o respeito à pluralidade étnica que caracteriza o povo brasileiro. Vê-se o respeito não só ao negro, como também ao indígena e às demais etnias:

Art. 215

§1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Portanto, a Carta Magna brasileira garante a cidadania e a dignidade da pessoa humana, contrariando qualquer tipo de discriminação aos direitos e liberdades fundamentais, reconhece o caráter multirracial da população brasileira, bem como expressa o respeito à pluralidade étnica e preocupa-se com o sistema educacional do país, não aceitando a parcialidade e os preconceitos.

Enfatizando a educação como direito fundamental do cidadão e o Estado como promovedor desse direito foi promulgada, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. A LDB em seu artigo 3º estabelece os princípios que norteiam a educação nacional, destacando o inciso IV que ressalta o respeito e a tolerância aos indivíduos. Este inciso, mais do que princípios educativos, apresenta o respeito à liberdade e apreço à tolerância como valores humanos, e que, portanto, são fundamentais à Educação (BRANDÃO, 2003).

A LDB ainda, em atenção ao art. 242, § 1º, da Constituição, especifica as principais matrizes étnicas que formaram o povo brasileiro no seu artigo 26, parágrafo 4º:

§ 4º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

Segundo Brandão (2003), o parágrafo 4º do art. 26 da LDB significa uma correção histórica quando dispõe sobre o ensino de História do Brasil nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

Com a vigência da Lei nº 10.639/03, foi inserido, na LDB, o art.26-A tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio e o art. 79-B, o qual inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, a ser celebrado no dia 20 de novembro.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Art. 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direito e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (BRASIL, 1998, p. 2).

Esses objetivos reforçam a construção do aluno cidadão, que valorizam o repúdio às injustiças, o respeito ao outro, à solidariedade, à pluralidade cultural e condenam qualquer forma de discriminação, seja cultural, social, religiosa, sexual ou étnica.

A posição dos PCN's é explícita no que diz respeito ao reconhecimento e valorização dos grupos étnicos que compõem o Brasil, recuperando suas contribuições e especificidades (reconhecer e valorizar as diferenças são palavras de ordem), posicionando-se contra a diluição da cultura e reafirmando a diversidade como fundamental na construção de uma identidade nacional.

Seguindo a mesma linha, foram implantadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana fazem parte dessas medidas. O Parecer CNE 003/2004 propõe uma série de ações pedagógicas para o conjunto da escola, visando à implementação da Lei 10.639/03. Fundamenta-se nos dispositivos da Constituição Federal em a Lei 9394/96, que tratam do direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, do direito às histórias e às culturas que compõem a nação brasileira na escola, e do direito ao acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

Trata-se de política curricular fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas, oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo, e as discriminações que atingem particularmente os negros. (CNE, 2004, p. 11).

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminação para os negros oferecem conhecimentos e segurança para orgulharem-se de sua origem africana; para os brancos permitem que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros na construção de sua própria história.

3 A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo lançou no ano de 2008 uma Proposta Curricular para ser implementada em todas as escolas da rede pública do Estado como parte do Projeto “São Paulo faz escola”, que objetivou propor um currículo para os níveis de ensino Fundamental – Ciclo II e Médio para apoiar o trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos.

O Projeto está apoiado na utilização de vários materiais pedagógicos (apostilas no formato cartilha, jornal e DVD's) que foram enviados a todas as escolas da rede, com orientações específicas sobre sua utilização na unidade escolar, independente da escola estar localizada na zona rural ou urbana. De acordo com orientações da Secretaria de Estado da Educação, este material, indicado para ser utilizado nos primeiros 40 dias letivos do ano de 2008 (entre os dias 18 de fevereiro e 30 de março de 2008), objetivou subsidiar tanto professores quanto alunos na realização das atividades em sala de aula durante o denominado período de recuperação intensiva e privilegiou a leitura, a produção de textos e a matemática.

Em 2009, dando continuidade à política educacional, iniciada com o Projeto “São Paulo faz escola”, além do material disponibilizado aos professores a SEE/SP enviou às escolas o “Caderno do Aluno”, também dividido por disciplina/série/bimestre. Na Proposta encontram-se os princípios orientadores para uma escola pronta a promover as competências necessárias para vencer os desafios, culturais, sociais e

profissionais do mundo moderno. O documento objetiva preparar os alunos para a sociedade do conhecimento valorizando a competência de leitura e escrita, definindo a escola como espaço de cultura e de conexão de conteúdos disciplinares e competências.

O documento aborda algumas das principais características da sociedade do conhecimento e das pressões que a contemporaneidade exerce sobre os jovens cidadãos, propondo princípios orientadores para a prática educativa, a fim de que as escolas possam se tornar aptas a preparar seus alunos para esse novo tempo. (SEE/SP, 2008, p. 8)

No que diz respeito à proposta para o ensino de História ressalta-se que a que a disciplina deve ser um meio de despertar no aluno a consciência do seu papel na sociedade. O estudo da História possibilita a percepção de todas as etapas do desenvolvimento da cidadania. A partir do objetivo central da proposta – desenvolvimento de capacidades de leitura, reflexão e escrita – o aluno torne-se capacitado a avaliar as influências históricas no seu dia-a-dia.

Assim, nos propusemos a analisar qualitativamente o currículo proposto, a partir dos Cadernos do Professor e dos Cadernos dos alunos da disciplina de História do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª séries) do ensino fundamental, com o objetivo de verificar como a História e a cultura Afro-Brasileira se configura nesses documentos. Objetivamos ainda perceber como a diversidade cultural, a valorização, o respeito, o preconceito racial e a contribuição da cultura afro-brasileira na história do Brasil são apresentados no currículo e como a Lei 10.639/2003 se expressa no mesmo.

Para tanto, consideramos necessário definir categorias de análise que nos permitissem desenvolver esse processo, a partir da leitura e releitura dos cadernos, quais sejam:

1. Intencionalidade de trabalhar a história e cultura afro-brasileira;
2. Abordagem dos conteúdos ligados a história e cultura afro-brasileira;
3. Proposição de atividades;
4. Avaliação e recuperação de aprendizagem;
5. Linguagem visual (fotos, gravuras, gráficos, ilustrações)

3.1 INTENCIONALIDADE DE TRABALHAR A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Por meio dessa categoria de análise avaliamos a intencionalidade de trabalhar a história e cultura afro-brasileira. Segundo Santos (2008), o currículo como forma de organização do conhecimento escolar, tem em seu conteúdo a intencionalidade e, por isso, deve estar aberto às interações e à criatividade dos agentes e atores internos e externos ao ambiente escolar. Ressalta ainda que, quando o currículo expressa a centralidade das políticas educacionais, ele está também expressando as intenções

sociais, políticas, ideológicas e até econômicas que se manifestam sobre a escola e sobre as aspirações que se tem sobre ela.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo elaborou um currículo para os níveis de ensino Fundamental – Ciclo II e Médio, que aponta como essencial uma educação de qualidade para todos como forma de evitar que as diferenças culturais, sociais e econômicas constituam mais um fator de exclusão. É primordial o desenvolvimento pessoal do aluno para que ele possa agir, pensar e atuar sobre o mundo, assim como ser percebido pelo outro e compreender a diversidade cultural do nosso país. “[...] a educação precisa estar a serviço desse desenvolvimento, que coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade [...]” (SEE/SP, 2008, p. 11).

Percebe-se que a SEE/SP preocupou-se em instituir um currículo que seja capaz de recriar as histórias dos alunos, incorporando-as ao saber acadêmico e, dessa forma, interagir na formação de cidadãos conscientes e capazes de enfrentar as desigualdades, romperem as armadilhas dos preconceitos, garantindo o espaço participativo e a conquista e direitos no combate às exclusões.

No que se refere à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias o currículo apresenta a preocupação quanto ao desenvolvimento da compreensão do significado de identidade, da cultura e da sociedade como um todo, atentando para a aplicação, pelos alunos, da cidadania plena e destaca a integração dos campos disciplinares no entendimento das relações entre sociedades diferentes.

Especificamente no currículo para a disciplina de História a SEE/SP é enfatizado que junto com a função de levar o aluno a aprender História deve-se integrá-lo ao processo de percepção e formação dos valores constituintes da cidadania.

Assim, analisamos que a intencionalidade de se trabalhar a história e cultura afro-brasileira no currículo da SEE/SP está presente quanto a diversidade cultural, valorização, respeito, preconceito racial e a contribuição afro-brasileira na história do Brasil.

Contudo, nas orientações dadas aos professores e alunos, essas intenções nem sempre se fazem presentes.

3.2 ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS LIGADOS A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Nessa categoria de análise procuramos observar como é a realizada a abordagem dos conteúdos relacionados à história e a cultura afro-brasileira nas diferentes séries, uma vez que desde 2003, com a promulgação da Lei nº 10.693, as escolas públicas e particulares dos ensinos fundamental e médio em todo país estão obrigadas a inserir no currículo os conteúdos pertinentes à temática história e cultura afro-brasileira.

Segundo Fernandes (2005), a abordagem da história e cultura afro-brasileira, como conteúdo curricular da Educação Básica, implica o enfrentamento de inúmeros desafios, dos pontos de vista político-social e teórico-conceitual.

Assim, ao analisarmos os cadernos do currículo, verificamos que conteúdos que tratam as história e cultura afro-brasileira estão presentes apenas nos cadernos do 7º e 8º anos.

A abordagem específica sobre a participação dos afro-brasileiros na história do Brasil é apresentada no caderno do 7º ano (6ª série), no 4º bimestre, com o tema **Tráfico negreiro e escravidão africano no Brasil**, e no 8º ano (7ª série), no 4º bimestre, com o tema **Escravidão e abolicionismo; formas de resistência (os quilombos), o fim do tráfico e da escravidão**.

Encontramos também no 8º ano (7ª série), 3º bimestre, no tema: **Período Regencial no Brasil** a situação de aprendizagem: *A Revolta dos Malês*, referente ao movimento de revolta dos escravos baianos contra a escravidão, proibição de práticas religiosas dos muçulmanos e a imposição do catolicismo.

Nos demais cadernos não encontramos menção sobre a participação efetiva dos afro-brasileiros na história e cultura brasileira o que revela a pouca importância dada ao tema.

Na abordagem dos temas **Tráfico negreiro e escravidão africano no Brasil e Escravidão e abolicionismo; formas de resistência (os quilombos), o fim do tráfico e da escravidão**; verifica-se que são abordados de maneira bastante simplista e superficial, perdendo-se a oportunidade de trabalhar mais profundamente a história e cultura afro-brasileira. Verifica-se que não há preocupações em analisar como era realizado esse tráfico, a origem e a quantidade dos africanos trazidos, como era feita a captura dos negros na África e a viagem para o Brasil. Também não há preocupações em aprofundar sobre a organização social e cultural dos grupos escravizados, restringido-se a enfatizar a participação dos africanos na formação da sociedade brasileira apenas como mão de obra escrava.

A abordagem sobre o tráfico negreiro é feita apenas sob o ponto de vista mercantil, não relatando as condições subumanas dos navios negreiros, não permitindo que os alunos tenham uma visão da real condição dos escravos brasileiros.

Quanto à questão da resistência negra à escravidão, ela é apresentada aos alunos com a criação de quilombos, como pode ser visto no texto que é apresentado no caderno do 7º ano (6ª série), 4º bimestre, situação de aprendizagem 1: **Quilombo: Um Símbolo de Resistência à Escravidão**.

Nos demais períodos da História do Brasil a referência aos africanos e afro-brasileiros, quando aparece, é apenas como mão de obra escrava, com referências

superficiais à importância da cultura africana, suas crenças, sua arte, culinária e vocabulário na cultura brasileira. Encontramos exemplos no caderno do 7º ano (6ª série), 4º bimestre, situação de aprendizagem 3: A Mineração no Brasil Colonial

A abordagem sobre movimentos sociais e culturais, cidadania e direitos civis é apresentada no caderno do 9º ano (8ª série), 4º bimestre, quando o tema **Racismo na sociedade atual** é inserido na situação de aprendizagem 2: **Eu Tenho Um Sonho**, que versa sobre o discurso de Martin Luther King. Percebe-se assim, que o tema central de estudo é a história norte-americana, estando o aluno estimulado a refletir sobre questões sociais brasileiras embasado na realidade norte-americana.

No caderno do professor, encontramos menção a atual Constituição brasileira, promulgada em 1988, estabelecendo que o racismo é considerado crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, é solicitado ao professor que avalie junto com os alunos a questão do racismo na sociedade atual, situações vivenciadas ou presenciadas por eles.

3.3 PROPOSIÇÃO DE ATIVIDADES

Nesta categoria procuramos analisar as propostas de atividades referentes à história e cultura afro-brasileira.

Bittencourt (2008a) destaca que o professor ao desenvolver atividades, deve procurar motivar o aluno para as leituras, reflexões, esclarecimento de dúvidas, oportunizando a defesa de suas idéias, a elaborações de sínteses e/ou conclusões. Além das leituras em livros didáticos e/ou de apoio (livros especializados), utilizarem sempre, como subsídios, artigos de revistas, reportagens de jornais, obras literárias, letras de música, filmes que auxiliem na sistematização do conhecimento, bem como no processo ensino aprendizagem.

Várias proposições são apresentadas tanto no caderno do professor como no caderno do aluno. As atividades envolvem pesquisa, produção de textos, produção de maquete sobre: as formas de resistência à escravidão no Brasil, as características da sociedade brasileira no início do século XIX, análise das leis que promoveram o fim da escravidão no Brasil e reflexões dos alunos sobre o que é escravidão e a real situação dos escravos após a abolição.

No caderno do 7º ano (6ª série), 4º bimestre, com o tema **Tráfico negreiro e escravismo africano no Brasil**, situação de aprendizagem 1 – **Quilombo**: um símbolo de resistência à escravidão é solicitado à montagem, pelos alunos, de uma maquete representando um quilombo visando reconstruir, de maneira mais próxima da realidade, as características e as partes de um quilombo.

Também no caderno do professor do 7º ano (6ª série), 4º bimestre, na situação de aprendizagem 1 – Quilombo: um símbolo de resistência à escravidão é sugerida uma atividade onde é apresentada a luta dos africanos pela liberdade e a resistência à escravidão.

No 8º ano (7ª série), 3º bimestre, no tema: **Período Regencial no Brasil** na situação de aprendizagem 1: A Revolta dos Malês, é proposta uma atividade que propicia ao aluno uma interação com a realidade atual das comunidades remanescentes de quilombos. Essa atividade seria mais bem trabalhada se ao professor fosse sugerido um aprofundamento da discussão das conclusões obtidas com a pesquisa sobre a realidade social dessas comunidades.

Continuando no 8º ano (7ª série), 4º bimestre, com o tema **Escravidão e abolicionismo; formas de resistência (os quilombos), o fim do tráfico e da escravidão**, a situação de aprendizagem 2: O Processo de Abolição da Escravidão, objetiva a análise das leis promulgadas no Brasil durante o Segundo Reinado que contribuíram para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A produção de textos e a discussão dos mesmos com os alunos sobre o que é escravidão e a real situação dos escravos após a abolição estimulam a reflexão, uma vez que as questões são problematizadoras.

Na proposição de atividades sobre o tema racismo na sociedade atual, no 9º ano (8ª série), 4º bimestre, situação de aprendizagem 2: Eu tenho um sonho, é sugerida uma reflexão, por meio da produção de um texto, sobre as questões sociais brasileiras. Perde-se a oportunidade de apresentar uma atividade que estimule a pesquisa sobre a situação racial no Brasil. Outra atividade que poderia ser inserida é a reflexão sobre a diversidade social e cultural do nosso país, apresentada no tema transversal: Pluralidade Cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Nos demais períodos da História do Brasil a proposição de atividades referentes aos africanos e afro-brasileiros, quanto aparece, é apenas em relação à escravidão sem referências à importância da cultura africana, suas crenças, sua arte, culinária e vocabulário na cultura brasileira. Contudo, não é sugerido ao professor que utilize essas atividades como forma de debate e análise sobre a condição de vida dos escravos e da situação atual do negro no Brasil, estimulando o respeito mútuo e a construção da cidadania do aluno por meio de elaboração de textos e conclusões.

Encontramos no caderno do professor e do aluno o item: *Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para a compreensão do tema*. São apresentadas sugestões de livros, revistas, sites e filmes para um melhor desenvolvimento e aprofundamento do tema estudado. Esses recursos se apresentam como uma fonte da riqueza de informações sobre a história e cultura afro-brasileira, mas em nenhum momento é sugerida atividades como: sessão de vídeo seguida de debate; leitura

conjunta e discussão em sala sobre o tema estudado; resenha dos livros sugeridos e pesquisa acompanhada pelo professor aos sites especificados.

3.4 AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Nesta categoria de análise, temos por objetivo a verificação das formas de avaliação e recuperação de aprendizagem apresentadas que envolvem a história e cultura afro-brasileira.

Segundo Luckesi (2005), a avaliação é um instrumento da prática educativa que permite verificar se os procedimentos são eficazes na consecução dos objetivos propostos. É importante que o professor efetue uma constante discussão no que diz respeito às atividades propostas para a concretização dos objetivos educativos, pois o processo avaliativo é parte do pedagógico, compreendendo também que a avaliação não pode ser separada do contexto do trabalho pedagógico. Quanto à recuperação da aprendizagem, o autor ressalta que essa exige levar em consideração as diferenças individuais entre os alunos no que se refere ao ritmo de aprendizado e às habilidades ainda não adquiridas.

No Currículo das escolas da rede oficial do Estado de São Paulo na disciplina de História do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª séries) do ensino fundamental são apresentadas atividades sobre as formas de resistência dos escravos, as condições sociais do negro após a abolição da escravidão, as condições da travessia do oceano atlântico pelos africanos e os movimentos dos quilombolas.

No caderno do 7º ano (6ª série), 4º bimestre, com o tema **Tráfico negreiro e escravismo africano no Brasil**, situação de aprendizagem 1 – Quilombo: um símbolo de resistência à escravidão são encontrados exemplos de atividades que ressaltam as formas de resistência dos escravos:

Encontramos nessa atividade uma oportunidade para que o professor avalie se o aluno se apropriou do estudo da origem e do significado dos termos relacionados à escravidão e à resistência e a importância da pesquisa para a compreensão desses temas.

Assim como, no caderno do 8º ano (7ª série), 4º bimestre, com o tema **Escravidão e abolicionismo; formas de resistência (os quilombos), o fim do tráfico e da escravidão**, situação de aprendizagem 2 – O Processo de Abolição da Escravidão são apresentadas atividades que propiciam a reflexão sobre o processo escravagista brasileiro, estimulando o entendimento da abolição no Brasil.

Mesmo com as atividades que estimulam a pesquisa e a produção de textos, percebe-se que não problematizam a questão da inclusão do afro-brasileiro como sujeito na construção da História do Brasil e não é apresentada ao professor como deve ser feita a averiguação das habilidades ainda não adquiridas bem como a

realização de leituras críticas dos espaços, das culturas e das histórias do seu cotidiano e discussão dos problemas sociais contemporâneos.

3.5 LINGUAGEM VISUAL (FOTOS, GRAVURAS, GRÁFICOS)

Objetivamos, por meio da análise da linguagem visual verificar, a partir das imagens contidas no material didático, o que o aluno pode aprender sobre a história e cultura afro-brasileira. De acordo com Bittencourt (2008), as imagens como pinturas, esculturas, fotografias e ilustrações de pessoas, fotos de lugares, requer do aluno, o desenvolvimento de habilidades, como observar e descrever. As imagens podem produzir uma idéia, uma avaliação, uma informação, um conceito, e pode despertar sentimentos e rejeições. Oferecer aos alunos boas imagens é possibilitar uma comunicação não verbal significativa.

Assim, a linguagem visual sobre a diversidade cultural, valorização, respeito e preconceito racial na disciplina de História do Brasil no Currículo das escolas da rede oficial do estado de São Paulo é nitidamente inexistente. Em apenas uma situação onde encontramos referência visual ao afro-brasileiro ele não se apresenta como escravo ou em situação servil ao branco, caderno do 9º ano (8ª série), 4º bimestre, tema **Fim da Guerra Fria e Nova Ordem Mundial**, situação de aprendizagem 4 – Painel da Nova Ordem Mundial.

Por meio das imagens se reproduz a sociedade brasileira do início do século XIX pela visão do europeu, uma sociedade escravagista onde o negro sempre aparece em condições de servidão ao branco, estimulando o imaginário europeu da situação privilegiada do branco no Brasil.

As atividades referentes às gravuras explicam o contexto histórico em qual foram produzidas, mas quando limitamos à análise visual percebemos a perpetuação do afro-brasileiro apenas como objeto e não como sujeito da História do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades raciais brasileira associadas às formas sutis de discriminação racial impedem o desenvolvimento das potencialidades e o progresso social da população negra. O entendimento dos contornos econômicos e sociais da desigualdade entre brasileiros brancos e brasileiros afrodescendentes apresenta-se como elemento central para se construir uma sociedade democrática, socialmente justa e economicamente eficiente.

Na realidade, há uma dificuldade em reconhecer o negro como sujeito integrante, personagem significativo, construtor da História do país, no que diz respeito à base econômica, cultural, social, política, do passado e do presente.

Dessa maneira, associou-se à imagem do negro, como sinônimo de escravidão, apenas como trabalhador braçal. Produziram-se a invisibilidade de seres humanos portadores de uma diversidade cultural fabulosa, eliminando-se a possibilidade do negro aparecer na sociedade brasileira, como portador de novos pensamentos, de organizador de um modelo de política alternativa, como agente transformador reinventando uma nova maneira de organização social. Mas devemos destacar que conquistas foram alcançadas, como a publicação da Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que propõe uma série de ações pedagógicas para o conjunto da escola - Parecer 003/2004, que esclarecem a importância do Brasil conhecer-se e reconhecer-se, como um grande país heterogêneo na sua composição populacional e, que esta diversidade, deve ser encarada como tesouro humano a ser explorado como fonte de enriquecimento e pesquisa.

O sistema de valores culturais do Estado, ao incluir a História do negro, tem se transformado e exigido novas reflexões, novo vocabulário, o desenvolvimento de novos conceitos de cidadania e, sobretudo, o início de mais respeito por essas novas vozes, num cenário que nunca foi representativo dessa pluralidade.

Após um estudo reflexivo e criterioso, encontramos no Currículo analisado, a intencionalidade de trabalhar a História e Cultura afro-brasileiras, bem como atividades voltadas para o entendimento sobre a participação dos escravos na História do Brasil, assim como sugestões de sites, livros e filmes sobre o tema estudado. Mas, não podemos deixar de citar, que mesmo o Currículo apresentando propostas novas de conteúdo e metodologia, aborda muito superficialmente as questões diversidade cultural, valorização, respeito e preconceito racial.

Um caminho positivo apresentado no Currículo, para que o ensino de História seja mais eficaz e interessante, é oportunizar ao aluno o contato com documentos de diferentes épocas, com textos produzidos por autores especializados, a leitura e interpretação de obras literárias, pinturas, gravuras e textos jornalísticos que tenham sintonia com os conteúdos enfocados. O contato com filmes, sites, jornais e revistas, com certeza, darão uma valiosa contribuição para a efetivação das políticas públicas para a reflexão do aluno na inclusão do negro, como agente da sua própria história.

Contudo, percebemos que esse vasto material é subaproveitado no dia-a-dia escolar, pois poucas atividades são orientadas para a utilização dos mesmos.

As proposições de atividades reflexivas são pouco apresentadas dificultando ao aluno a compreensão e reconhecimento das diferentes culturas que compõem a

sociedade brasileira, uma vez que a legislação pertinente torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura afro-brasileiras no ensino fundamental e médio e, ressalta a importância de um currículo que situe o aluno em sua cultura, valorizando as raízes da civilização em que desenvolve a sua cidadania, mediante o estudo das culturas indígena, africana e europeia.

Em contrapartida, atividades memorativas e reprodutivas da condição do negro, apenas como mão-de-obra escrava são amplamente apresentadas aos alunos. Essas atividades pouco estimulam a discussão crítica a respeito da diversidade cultural, preconceito, racismo e valorização da História e Cultura afro-brasileiras.

Tomando a perspectiva de que temos historicamente o racismo como elemento ativo de exclusão na sociedade brasileira, a proposta deste estudo, foi ampliar o alcance da discussão educacional na questão racial, pois compreendemos que o sistema vigente, tende à padronização dos indivíduos.

Assim, após esse estudo destacamos que o Currículo das escolas da rede oficial do Estado de São Paulo, na disciplina de História dos 6º ao 9º anos do ensino fundamental, apresenta uma situação distanciada da realidade do afro-brasileiro em nossa sociedade e não propicia um debate consistente sobre a temática. O reconhecimento e a valorização da diversidade cultural são mecanismos de luta contra a discriminação e exclusão, entraves à cidadania para todos e, portanto, para a própria nação.

A negação na abordagem de outra História do povo negro, afirmando as diferenças de uma forma positiva, causa desconforto, pois é preferível ainda afirmar, que as diferenças não existem, que nosso país não é racista e, que isso é invenção do Movimento Negro. Negando a existência desta diferença, é mais fácil não repensar pré-conceitos com relação aos outros, de etnias diferentes, religiões diferentes. Dialogar com o diferente é um desafio.

Percebemos, entretanto que com a intencionalidade de trabalhar a História e Cultura afro-brasileiras, encontrada no Currículo analisado neste trabalho, começa ser desenhada uma cultura de democracia participativa, que necessariamente inclui a cidadania cultural.

Para avançar nesta questão é necessário pensar na formação do educador e dos demais componentes da escola, no aperfeiçoamento constante que esta profissão exige. Não basta apenas instituir a lei, se não houver como colocá-la em prática. Esta formação precisa acontecer desde a universidade, investindo na formação continuada do professor, valorizando o profissional e principalmente, ouvindo quem está na sala de aula.

GEBRAN, Raimunda Abou; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; PONCIANO, Deize Dense. Curriculum proposal of history: considerations on the african-brazilian history and culture. *Educação em Revista*, Marília, v. 11, n.2, p. 75-94, Jan.-Jun. 2010.

ABSTRACT: The process of implementation of the Law 10,639/2003 and other legal devices made compulsory the teaching of history and African-Brazilian and African culture, as content to be inserted in all disciplines of the school curriculum, as well as discussions related to education of ethnic-racial. The inclusion of this issue takes place in school curriculum in order to expand, in an ethical manner, the discussion of cultural, racial, social and economic order aimed at the end of prejudice. Thus, this study was to analyze how the theme is developed in the curriculum of the History of the State of São Paulo. The research methodology was configured as qualitative research focusing on documentary analysis of the curriculum for the teaching of history. After reading the books of the teacher and the student's notebooks, categories of analysis were listed: intentionality to work with history and afro-Brazilian culture; contents approaching; methodological proposals; assessment and recovery of learning; visual language (photos, engravings, charts, illustrations). Analyses revealed few contributions to compliance with current legislation and the National Curriculum Guidelines for Race Relations and Education for the Teaching of African-Brazilian History and Culture in order to combat racial prejudice, valuing cultural diversity, the respecting and contribution of African-Brazilian culture in Brazil's history.

KEYWORDS: History. Afro-Brazilian Culture. Curriculum. Primary School.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. F. Identidades e ensino da história no Brasil. In: MONTEIRO, A. M. F. C. M. ROCHA, H. A. B. (Coords.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

BRANDÃO, C. F. *LDB Passo a Passo*. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei nº. 9.394, de 20/12/1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília DF: Senado, 1996.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília, DF: SEF, 1997.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. História*. Brasília, DF: SEF, 1998.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais Pluralidade Cultural*. Brasília, DF: SEF, 1998.

BRASIL. *Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 21 set. 2008.

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação - CNE. *Parecer n.03 de 10 de março de 2004*. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Brasília, DF: Ministério da Educação, jul. 2004.
- CUNHA JR, H. *A Inclusão da história africana no tempo dos parâmetros curriculares nacionais*. In: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro. São Paulo: USP, 2007. p. 1-5. http://cassiuscruz.multiply.com/journal/item/2?&show_interstitial=1&u=%2Fjournal%2Fitem
- FERNANDES, J. R. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.
- GATTI, D. JR. Modernidade, escolarização e sociedade de direitos: a questão do livro didático de História no Brasil (1988-2010). In: SANTOS, L. L. C. P. et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 564-581.
- GONTIJO, R. Identidade nacional e ensino de História. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.). *Ensino de Historia conceitos, temática e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 55-79.
- LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVA, A. R. A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos afro-asiáticos*, v. 25, n. 3, p. 421-461, 2003.
- PANTOJA, S. A África imaginada e a África real. In: OLIVA, A. R. *A História africana nas escolas brasileiras*. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). São Paulo: USP, 2009.
- SANTOS, S. *Proposta Pedagógica*. Currículo, Relações Raciais e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2008. v. 20, p. 3-11.
- SÃO PAULO. SEE/SP. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: História*. São Paulo, 2008.
- SÃO PAULO. SEE/SP. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. *Caderno do professor: história, ensino fundamental – 5ª série*. São Paulo, 2009. v. 1.
- SÃO PAULO. SEE/SP. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. *Caderno do aluno: história, ensino fundamental – 5ª série*. São Paulo, 2009. v. 3.

